

Infâncias, Crianças e Educação Infantil do e no Campo

Childhoods, Children and Rural Early Childhood Education

Infancias, Niños/as y Educación Infantil del y en el Campo

 DANIELE MARQUES VIEIRA*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil.

 EMILIA PEIXOTO VIEIRA**

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus – BA, Brasil.

 FERNANDA DE LOURDES ALMEIDA LEAL***

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB, Brasil.

RESUMO: Esta Seção Temática apresenta o tema *Infâncias, Crianças e Educação Infantil do e no Campo*, enquanto campo de estudos que almeja produzir conhecimento sobre sujeitos/as, direitos e modos de vida de crianças que residem nos territórios rurais do país, evidenciando questões atuais que os atravessam; e levar adiante o processo de construção da agenda política e conceitual para a Educação Infantil do e no Campo, iniciada pelo Grupo de Trabalho instituído em 2010 e continuada pela primeira pesquisa nacional, entre 2011-2012. A pesquisa aprofundará questões colocadas no enfrentamento desse contexto, considerando aspectos históricos, políticos, pedagógicos, além da interlocução entre Grupos de Pesquisa que investigam as infâncias e

* Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Infantil. *E-mail*: <danielemarquesvieira@gmail.com>.

** Doutora em Educação. Professora e Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz. É coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq Políticas Públicas e Gestão Educacional e do Projeto de Extensão Fortalecimento e Articulação da Educação Infantil (2008). *E-mail*: <emilcarl28@hotmail.com>.

*** Doutora em Ciências Sociais. Professora da Unidade Acadêmica de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande. Líder do Grupo de estudos e pesquisas Infâncias, Educação Infantil e Contextos Plurais. *E-mail*: <fernandalealufcg@gmail.com>.

os direitos das crianças do campo, ribeirinhas, quilombolas, das águas e das florestas à Educação Infantil como dever do Estado.

Palavras-chave: Infâncias. Crianças. Educação Infantil do e no Campo. Políticas Educacionais.

ABSTRACT: This thematic section presents the theme of *Childhoods, Children and Rural Early Childhood* as a field of study that aims to produce knowledge about subjects, rights and ways of life of children living in the country's rural territories, highlighting current issues that cross them. It also carries forward the process of building the political and conceptual agenda for rural early childhood education, put forth by the working group established in 2010 and resumed by the first national survey between 2011-2012. This research deepens questions raised in tackling this context, considering historical, political and pedagogical aspects in addition to dialogue between research groups that investigate childhoods and the rights of children who live in rural, riparian, *quilombola*, water and forest regions to early childhood education as a duty of the State.

Keywords: Childhoods. Children. Rural Early Childhood Education. Educational Policies.

RESUMEN: Esta Sección Temática presenta el tema *Infancias, Niños/as y Educación Infantil del y en el Campo*, como un campo de estudio que tiene como objetivo producir conocimiento sobre temas, derechos y formas de vida de los/as niños/as que residen en los territorios rurales del país, resaltando problemáticas actuales que los atraviesan; y llevar adelante el proceso de construcción de la agenda política y conceptual para la Educación Infantil del y en el Campo, iniciado por el Grupo de Trabajo establecido en 2010 y continuado por la primera encuesta nacional, entre 2011-2012. La investigación profundizará en las cuestiones planteadas en el abordaje de este contexto, considerando aspectos históricos, políticos y pedagógicos, además del diálogo entre Grupos de Investigación que investigan la infancia y los derechos de los/as niños/as campesinos, ribereños, *quilombolas*, del agua y de la selva a la Educación Infantil como deber del Estado.

Palabras clave: Infancias. Niños/as. Educación infantil del y en el campo. Políticas educativas.

Introdução

A proposta desta Seção Temática se insere no processo de construção do campo de estudos *Infâncias, Crianças e Educação Infantil do e no Campo* como uma iniciativa de pesquisadoras e pesquisadores mobilizados/as pela causa da infância e do direito à Educação Infantil do e no Campo, comprometidos/as em promover o avanço propositivo para efetivação desse direito. Movidos/as pela compreensão dos aspectos históricos, políticos e pedagógicos que envolvem a oferta da Educação Infantil do e no Campo, mediante realidades caracterizadas por desigualdade, precariedade e, em muitos contextos, inexistência desse acesso e oferta que perduram no Brasil, almejamos contribuir com a formulação de perspectivas para ações transformadoras dessas realidades, sobretudo pela ótica das políticas públicas.

Esse coletivo de pesquisadoras e pesquisadores com experiência em estudos voltados a Infâncias, Crianças e Políticas Educacionais, desde 2021, tem se reunido de forma a elaborar uma proposição com vistas a atualizar os dados da pesquisa nacional sobre a oferta de Educação Infantil do e no Campo (BRASIL, 2012) e contribuir para o adensamento dos conhecimentos das Ciências Humanas em relação a conceitos, conteúdos e análise dos resultados de pesquisas na área; busca-se a construção de saberes que contribuam para a compreensão mais alargada sobre as realidades das crianças do campo e possibilitem uma agenda política destinada a elas, produzindo indicadores para a efetividade de políticas públicas educacionais. O coletivo tem como hipótese que a invisibilidade dessas questões e, conseqüentemente, a invisibilidade da identidade da Educação Infantil do e no Campo, incide na flexibilização de políticas para a área, com a redução de custos de manutenção e a precarização de sua oferta, sem o reconhecimento pleno da cidadania de crianças de até 6 anos.

O campo brasileiro é espaço de disputas e inúmeros conflitos, desde a chegada dos colonizadores, que instituíram formas de poder caracterizadas pela exploração e pela expulsão de nativos/as do seu próprio território, usando a força e outras formas de dominação para avançar em seus projetos totalitários. A concentração de terras é uma realidade que permanece como uma das características do espaço rural do país, com variadas estratégias de manutenção dessa forma de desigualdade, que repercute em outras esferas da vida social e atinge – restringindo, negando, violando ou ignorando – direitos constitucionais, como o direito à educação.

Nossa história está repleta de momentos nos quais coletivos lutaram contra esse cenário de ataques a direitos. O final do século XX e o início do século XXI ilustram processos de disputa pelo direito ao campo brasileiro, considerando também o direito à educação. É inconteste o papel que os movimentos sociais do campo têm nessa disputa, demonstrando não só ciência, mas resistência em relação a tentativas e avanços do histórico processo de concentração de riqueza e poder.

No final dos anos 1990, começa a ser gestado o conceito-movimento (LEAL, 2012) *Educação do Campo*, resultado de uma articulação entre movimentos sociais do campo, especialmente o Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais sem Terra – MST, universidades, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e outras entidades que passaram a incidir nos campos conceitual e político buscando construir outro ideário para a educação nos diversos territórios rurais do país, bem como na agenda política a ser considerada em tomadas de decisão relacionadas à educação das populações do campo:

os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

É somente no final da primeira década do século XXI que um olhar específico sobre o direito à Educação Infantil das crianças do campo ganha evidência do ponto de vista governamental (na legislação) e do ponto de vista da produção de conhecimento sobre sujeitos/as pouco visibilizados/as pelas políticas, sobretudo educacionais, tanto pelos/as que fazem a Educação Infantil como pelos/as que fazem a Educação do Campo.

Nasceu, assim, a necessidade de um diálogo cada vez mais orgânico entre essas duas áreas e os movimentos de destaque na luta pela educação das crianças de 0 até 6 anos residentes nos vários territórios rurais do Brasil. Nesse debate, é possível ressaltar o protagonismo que tiveram e têm o MST e o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB, sobretudo no que diz respeito à luta pela garantia do direito a uma Educação Infantil que reconheça as especificidades e necessidades etárias dessas crianças, assim como seus pertencimentos sociais e culturais. O que se põe também no centro da discussão é uma ação pedagógica que leve em conta a concretude da vida da criança do campo, seu convívio, meios de viver o tempo, os brinquedos e as brincadeiras e sua participação na comunidade.

Dessa maneira, situar o debate sobre a Educação Infantil do e no Campo é adentrar nas políticas educacionais vigentes no país, ressaltando que “as bases legais da Educação Infantil do campo vêm sendo construída muito recentemente na história da Educação Brasileira” (SILVA, PASUCH & SILVA, 2012, p. 57), por meio das resoluções do Conselho Nacional de Educação que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB nº1/2002, BRASIL, 2002), Diretrizes complementares da Educação do Campo (Resolução CNE/CEB nº 02/2008) e Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010). Para Fernanda Leal, “o aspecto legal indica avanços importantes no reconhecimento da oferta da educação infantil do campo e do modo como esta deve ocorrer no que diz respeito às crianças com idade para frequentar a educação infantil”

(LEAL, 2016, p. 169). Embora as políticas educacionais implementadas para essa etapa da educação representem um indiscutível avanço no cotidiano das instituições, ainda enfrentamos desafios estruturais, organizacionais e pedagógicos que dependem exclusivamente de políticas educacionais que visem sua melhoria.

Além desses desafios, enfrentamos no país uma crise gerada a partir de 2014, que produziu o desmonte de diversas políticas públicas educacionais, conforme destaca Antônio Souza: “em função da disputa e dos resultados das eleições presidenciais ocorridas naquele ano, cuja consequência mais imediatamente visível foi o aprofundamento da crise econômica pela via da crise política e institucional” (SOUZA, 2017, p. 23).

A crise econômica gerada nesse período fez surgirem

medidas políticas de ajustes fiscais, com diminuição do Estado e ampliação do mercado; a flexibilização trabalhista, com retrocesso nos direitos democráticos dos trabalhadores, os quais passam pela questão previdenciária até as políticas sociais mais gerais, necessária ao efetivo exercício da cidadania (SOUZA, 2017, p. 20).

O resultado dessas medidas tem sido o retrocesso das políticas educacionais voltadas para a Educação Infantil, como também para a Educação do e no Campo. Um exemplo desse retrocesso foi a publicação do programa *Criança Feliz*, pelo Decreto Lei nº 8.869 de 2016 (BRASIL, 2016), cujos objetivos eram promover o desenvolvimento integral da criança na primeira infância, lutar contra a pobreza e reduzir as desigualdades existentes. Com propósito de mudanças estruturais de concepção, princípios e fundamentos para essa etapa da educação básica, reacendeu o papel da Educação Infantil, principalmente a creche (0 a 3 anos de idade), como uma ação assistencialista.

A aprovação da Resolução n.º 2/2017, instituindo e orientando a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC como obrigatória para toda a Educação Básica (BRASIL, 2017), figura também como retrocesso na Educação Básica brasileira de um modo geral; no que tange à Educação Infantil, houve um esforço da área para manter sua identidade em termos de avanços já reconhecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009). Havia receio de que elementos como a antecipação da alfabetização para a Educação Infantil se aproximassem dos objetivos de aprendizagem proposto para os anos iniciais do Ensino Fundamental pelo Pacto pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, sem considerar as discussões históricas e reivindicativas dos movimentos sociais e de especialistas da área. Vale destacar que desde o princípio das discussões sobre a BNCC na Educação Infantil, em 2015, houve no governo Dilma Rousseff uma importante adesão de pesquisadores/as, ativistas do MIEIB, gestores/as públicos/as a um debate sobre o texto na BNCC – concepção de criança, conceito de currículo, organização didática – que respeitasse as especificidades da etapa, em consonância com as DCNEI (BRASIL, 2009). Durante o período das consultas públicas, a mobilização da área da Educação Infantil no país foi expressiva. E mesmo diante do texto

final, consumado já no governo Temer, ainda que observemos descaracterizações da etapa – como a possibilidade de mais ênfase à alfabetização, explicitada pela forma de apresentação dos objetivos de aprendizagem –, foram mantidos princípios caros aos avanços da Educação Infantil, como os direitos de aprendizagem, desenvolvimento e a organização curricular por campos de conhecimento. Apesar dos esforços para garantir a identidade da Educação Infantil, há questões a serem problematizadas e revistas quando retomamos o debate sobre sua função, gestão escolar e organização do trabalho pedagógico.

Por um lado podemos reconhecer avanços que marcaram o processo de discussão e, de certa forma, foram contemplados no texto final da etapa da Educação Infantil na BNCC (BRASIL, 2017), como a reafirmação de preceitos das DCNEI: bebês e crianças até 5 anos e 11 meses como sujeitos/as em foco na prática educativa; a compreensão de que o cuidado é indissociável no processo educativo nessa etapa; as interações e a brincadeira, enquanto eixos da proposta pedagógica, marcam a etapa por um tempo da experiência no presente e não na preparação para a etapa seguinte; o alargamento da compreensão dos princípios éticos, políticos e estéticos pela definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento – conviver, brincar, explorar, participar, expressar e conhecer-se; e a definição de cinco Campos de Experiências como intenção clara de interpretar a complexidade dos processos de desenvolvimento e aprendizagem de bebês e crianças nos primeiros anos de vida, na constituição de si e na sua relação com o mundo.

Por outro lado, a imposição dos objetivos de aprendizagem apresentados como um roteiro a ser cumprido contradiz o próprio texto que fundamenta a caracterização da etapa e coloca em cena a forte pressão para enquadrar a Educação Infantil em um modelo escolarizante, voltado à estrutura do Ensino Fundamental. Com relação à Educação Infantil do e no Campo não há menção às especificidades de um trabalho pedagógico voltado a crianças do meio rural, tendo em vista a diversidade presente no país e, conforme definem as DCNEI (BRASIL, 2009) – crianças filhas de agricultores/as familiares, extrativistas, pescadores/as artesanais, ribeirinhos/as, assentados/as e acampados/as da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta. A BNCC apenas menciona que as propostas pedagógicas devem contemplar as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade, e serem desenvolvidas na parte diversificada.

Na defesa do direito de todas as crianças a uma Educação Infantil que as respeite em sua pluralidade é que propomos apresentar perspectivas sobre o acesso e a oferta da Educação Infantil do e no Campo, problematizá-la, perspectivar a forma como podemos qualificar esse atendimento, por caminhos que as pesquisas nas áreas da Educação Infantil e da Educação do Campo vêm construindo, e delinear o que pretendemos para a área de estudos e pesquisas sobre Educação Infantil do e no Campo.

O contexto econômico e político do período entre 2016 e 2022, especialmente durante o governo Bolsonaro, desfigurou as políticas educacionais em curso no país, principalmente aquelas destinadas à Educação do Campo e à Educação Infantil do e no Campo.

Se os graves problemas de desigualdade social ainda persistiam, aquele governo agravou-os, atingindo também as crianças no campo. Pobreza, indiferença e discriminação étnico-racial avolumaram a precariedade de acesso e oferta da Educação Infantil.

A pesquisa de 2012 (MEC e UFRGS) mencionada anteriormente indicou expressiva desigualdade e violação de direitos, pelo baixíssimo percentual de creches existentes nos territórios rurais do país, pela oferta de pré-escola atrelada aos anos iniciais do Ensino Fundamental e pela ausência de infraestrutura específica para atender bebês e crianças pequenas. Mesmo assim a, incorporação dos modos de vida das famílias de crianças do campo às práticas pedagógicas da Educação Infantil constitui compromisso constitucional (BRASIL, 2009), sendo um direito de todas as crianças brasileiras, em qualquer parte do território nacional.

A conjuntura atual apresenta-se favorável a novas perspectivas, com retorno ao debate e a proposições de retomada das principais políticas educacionais, especialmente após a pandemia da Covid-19. Nos pareceu importante, dessa forma, propor e realizar uma Seção Temática como esta, realçando os desafios que persistem sobre as condições de acesso e oferta da Educação Infantil a crianças de 0 até 6 anos, moradoras do campo – considerando suas condições de vida nesse período pandêmico – e vislumbrando novas instigações, tanto políticas como epistemológicas, éticas e metodológicas. A constituição dessa área de estudos representa resistência, enfrentamento e implicação de pesquisadoras e pesquisadores com a causa da infância e o direito das crianças das mais variadas populações que constituem o campo brasileiro à Educação Infantil.

As diferentes realidades que configuram a questão da infância (ou das infâncias) no Brasil e do acesso à Educação Infantil nos contextos do campo suscitam assertividade política nos grupos que pesquisam esses temas – ao darem relevância a populações do campo pouco prestigiadas nos últimos anos, marcados pelo retrocesso em termos de políticas públicas – como também o desenvolvimento de metodologias pertinentes aos diferentes territórios e suas populações.

A congregação de grupos de pesquisa das diferentes regiões do país por si só figura como intencionalidade compartilhada, restituindo o sentido constitucional das políticas públicas democráticas dos governos populares, que buscaram garantir meios para o acesso de todas as crianças à educação. Mais ainda, no âmbito das pesquisas que constata realidades a serem transformadas também se encontram resistência e frutos da construção da Educação Infantil do e no Campo, algo que precisamos urgentemente socializar para podermos contribuir com a construção de conhecimento e políticas públicas que garantam o direito à educação de qualidade desde a 1ª etapa da Educação Básica a todas as crianças brasileiras.

Feitas essas considerações, passamos a apresentar os artigos que compõem esta Sessão Temática que, tanto em si como articulados, mostram problemáticas e produzem reflexões, questionamentos e perspectivas qualificando os debates necessários à Educação

Infantil do e no Campo e se inscrevendo como esforço histórico para visibilizar contextos e sujeitos/as que têm negados seus modos de vida, direitos e suas existências.

O artigo produzido por Ana Paula Soares da Silva e Maria Carmen Silveira Barbosa, intitulado *Educação Infantil das Crianças do Campo, das Águas e das Florestas: pertencimento, pluralidade e singularidade*, pauta debates produzidos sobre a Educação Infantil no/do Campo nas últimas décadas e problematiza a constituição do que denomina de ‘subárea’, a partir de considerações históricas e do reconhecimento de avanços e sujeitos/as coletivos/as implicados/as com a temática, como movimentos sociais. Também chama a atenção para a produção de conhecimento e de práticas que vêm, mesmo que nem sempre sintonizadas, contribuindo com avanços no trato da Educação Infantil no/do Campo. Como desafios, as autoras apontam paradoxos, contradições, a necessidade de se considerar acontecimentos recentes na história do país e do mundo – como a crise política brasileira instalada a partir de 2016 e a pandemia da Covid-19 – e o reconhecimento de questões que devem compor o tratamento dado à educação infantil no/do campo, como a consideração às infâncias territorializadas, considerando os diversos contextos da vida no campo e a necessidade de as instituições de Educação Infantil se abrirem “às culturas escolares e às pluralidades e singularidades das infâncias territorializadas”, quando situadas nos contextos rurais e/ou em diálogo com as crianças desses contextos.

Ao trazer o lugar de fala das crianças do campo no artigo *O Lugar em Narrativas de Crianças do Campo*, Elenice de Brito Teixeira Silva, Ana Maria Araújo Mello e Eugênia da Silva Pereira consideram a perspectiva ético-política como fundamento para a adoção de posturas metodológicas na aproximação com os territórios das infâncias do campo. Esse movimento busca confrontar invisibilidades de sujeitos/as e territórios nos âmbitos científicos, políticos e estatísticos, sobretudo a partir da ideia de que as narrativas das crianças se constituem “como ato de significação e simbolização localizado no tempo e espaço históricos”. As autoras afirmam que “as narrativas das crianças do campo, enquanto atos de significação, organizam percepções, memórias, modos de falar e representar lugares e práticas sociais dos seus grupos culturais”. A ênfase no/a sujeito/a criança e em suas narrativas traz para a produção coletiva da revista a contribuição de pesquisas *com* crianças do campo e a visibilidade de contextos, percepções, memórias e outras formas de elaboração e representação dessas crianças, possibilitando-lhes, ao mesmo tempo que falam sobre o campo enquanto lugar, que suas narrativas se constituam como lugar de fala.

O artigo *Educação do/no campo: experiências multiterritoriais e as especificidades das infâncias*, das autoras Maria Natalina Mendes Freitas, Eliana Campos Pojo Toutonge e Maria Walburga dos Santos, apresenta reflexões em torno da Educação Infantil do/no campo na região Norte do país, a partir do desenvolvimento de duas pesquisas, uma sobre as produções acadêmicas da região e outra sobre o cotidiano de uma comunidade situada em espaços interágua. Para as autoras, “estudos com as crianças possibilitam o encontro do/a pesquisador/a com as crianças situadas contextualmente, no sentido de escutá-las e

afirmá-las como sujeitos de direito, o que permite entender as especificidades das crianças e a singularidade de suas experiências e conhecimentos”. Elas consideram três movimentos centrais em suas análises: a) o reconhecimento da territorialidade como múltipla e as possíveis implicações nas vivências infantis; b) o direito à educação das crianças pequenas como política pública que lhes assegura não apenas acesso e permanência, mas a observância de suas especificidades; c) propostas pedagógicas e suas práticas. Afirmam em suas conclusões que um estudo dessa natureza é necessário, pois “assume um compromisso político, social e ético no atendimento às demandas que envolvem a educação na escola da infância do/no campo”.

O texto *Educação Infantil do Campo: diálogos sobre o espaço, o ambiente e a arquitetura escolar*, das autoras Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes, Marlene Oliveira dos Santos e Simone Santos de Albuquerque, se dedica à análise da Educação Infantil do/no Campo e da arquitetura escolar a partir de uma experiência com uma comunidade ribeirinha do município de Belém-PA, mostrando que “a arquitetura pode potencializar práticas cotidianas, organização e uso de espaços e ambientes que respeite os direitos fundamentais das crianças que vivem no campo”. O artigo contextualiza a discussão sobre a arquitetura escolar, trazendo elementos importantes de um estudo dessa natureza para pensar o desenho e a construção de projetos arquitetônicos para instituições de Educação Infantil do/no Campo pautados na “defesa da democracia, da participação, dos direitos das crianças, dos profissionais da educação e da comunidade”. As autoras argumentam sobre a necessidade da ampliação de estudos sobre as múltiplas interfaces entre a arquitetura escolar, a Educação Infantil do/no Campo e as práticas cotidianas ao demonstrarem que ainda há uma escassez nessas discussões quando se trata das populações do campo.

Em *Alteridade e infância: a brincadeira como modo de (re)existência na Educação Infantil do/no campo*, texto escrito por Márcia Tereza Fonseca Almeida e Romilson Martins Siqueira, organizam-se três partes interligadas, nas quais se pretende “o fortalecimento da identidade das crianças camponesas e suas formas de (re)existir em contextos e modos de vida/sociabilidade no/do campo”. A primeira parte trata da constituição da alteridade da infância e da criança, a partir de uma “compreensão dialética, tendo como perspectiva a relação entre objetividade-subjetividade”. Nesse sentido, as infâncias e crianças precisam ser compreendidas em sua condição plural, objetiva e subjetiva. A segunda parte do texto apresenta “o brincar como uma atividade do universo infantil, não porque seja exclusividade das crianças, mas pelo fato de ser uma atividade que precisa de criatividade, imaginação e liberdade, características que estão mais próximas do mundo infantil em oposição ao mundo adulto”. Na terceira parte, busca-se discutir “a (re)existência na educação infantil do campo”, perpassada por questões das “desigualdades sociais e pela luta do campo”, lugar em que “as crianças e suas famílias enfrentam a afirmação de direitos e de identidade camponesa”. A autora e o autor reafirmam a importância de que “a

brincadeira e a alteridade ajudem as crianças a se constituírem para a (re)existência com seus modos simbólicos na infância”.

Esse conjunto de textos, que se encontram em muitos aspectos, denuncia e anuncia várias questões de ordem histórica, teórica, ética, política e epistemológica, iluminando igualmente aspectos específicos que devem ser observados na produção de conhecimento sobre a realidade das crianças, infâncias e da Educação Infantil do e no Campo, com vistas a contribuir para que a relação entre conhecimento e transformação social se converta em ações políticas permanentes na agenda política do país, pois se trata do reconhecimento e da reparação histórica às populações do campo e, especificamente, à população de crianças que constituem suas identidades, desde bebês, nos diversos territórios rurais do país.

Apesar dos diversos e históricos ciclos perversos que, infelizmente, testemunham sobre como o nosso país trata as populações do campo, negando-lhes direitos garantidos constitucionalmente, seguimos no movimento do *esperançar* freireano – e de mãos dadas com tantos e tantas que nos inspiram a partir de pontos de vista políticos, epistemológicos, éticos, estéticos e poéticos –, criando caminhos de maneira coletiva e tendo o sonho como utopia consequente de um mundo mais justo para todas as pessoas, com a alegria e o fazer decidido para plantar um mundo melhor.

Madrugada camponesa – Thiago de Mello (1997)

Madrugada camponesa,
faz escuro ainda no chão,
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.
Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
que se constrói dia-a-dia
feita de canto e de pão.
Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.

Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.
Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.
Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro mas eu canto
porque a manhã vai chegar.
(Faz escuro, mas eu canto)

Recebido em: 03/08/2023; Aprovado em: 10/10/2023.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002*. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC/SEF, 2002.

BRASIL. *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Brasília, DF: MEC. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. *Pesquisa Nacional: caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural*. (2012). Brasília, DF: MEC/UFRGS. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579:educacao-infantil&Itemid=1152>. Acesso em: 5 dez. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016*. Institui o Programa Criança Feliz. Brasília, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017*. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 146. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 jul. 2023.

LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida. Educação Infantil do Campo e Pedagogia: um diálogo a se fazer. *Trama Interdisciplinar*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 164-181, maio/ago. 2016.

LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida. *Na mão e na contramão da política*: a realização da política nacional de educação do campo em municípios do Cariri paraibano. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2012. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2039>>. Acesso em: 20 out. 2023.

MELLO, Thiago de. *Faz escuro mas eu canto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline & SILVA, Juliana Bezzon. *Educação Infantil do campo*. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, Antônio Lisboa Leitão. de. A conjuntura político-econômica e os desafios da educação no Brasil. In: FRANÇA, Magna & JUNIOR, Walter Pinheiro Barbosa (Orgs.). *Políticas e Práxis Educativas*. Natal: Caule de Papiro, 2017. p. 16-49.